

ATA NÚMERO DUZENTOS E TREZE

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e trinta minutos, no edifício da Junta de Freguesia, reuniram os membros da Assembleia de Freguesia, em reunião ordinária, sob a presidência de Victor Manuel Frazão Ramos, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um: informações acerca da correspondência relativa a assuntos relevantes; -----

Ponto dois: apreciação e votação do projeto de alteração do Regimento da Assembleia de Freguesia; -----

Ponto três: apreciação e votação da segunda revisão orçamental de dois mil e dezoito; ---

Ponto quatro: adesão da Junta de freguesia à Associação Nacional de Freguesias-ANAFRE; -----

Ponto cinco: apreciação e votação do Relatório de Contas de dois mil e dezassete; -----

Ponto seis: apreciação e votação da proposta de venda de côvados em regime prestacional; -----

Ponto sete: informação da Presidente sobre a atividade da Junta de Freguesia -----

No período antes da ordem do dia, foram apresentados cinco votos, sendo um de Congratulação e quatro de Pesar. O voto de Congratulação foi dirigido ao Vitória Clube do Pico da Pedra, tendo sido apresentado por Roberto Calisto, Diana Alves e Inorinda Duarte e foi subscrito por todos os membros da Assembleia de Freguesia. Relativamente aos votos de Pesar, dois foram apresentados pelos elementos do Executivo referentes ao falecimento dos senhores: João Manuel Arruda Gomes e José Cabral Dias. Os elementos da Assembleia do Partido Social Democrata também apresentaram dois votos de Pesar do falecimento dos senhores: Mariano Borges e José Cabral Dias. Os quatro votos foram subscritos por toda a Assembleia, submetidos à apreciação e votação, tendo sido aprovados por unanimidade. Ainda, no período antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia dirigiu a palavra a todos os presentes no sentido de serem expostos assuntos relevantes e que não integrassem a ordem de trabalhos da reunião. Não ocorrendo manifestação por parte da Assembleia, iniciou-se a reunião com a leitura da ata da Assembleia anterior, a qual depois de ter sido submetida à votação foi aprovada por unanimidade. -----

No ponto um, a Presidente da Junta de Freguesia deu a conhecer a correspondência relevante, entretanto recebida. -----

Roberto Calisto solicitou a palavra para sugerir que os documentos para a reunião, assim como a síntese das atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia, fossem disponibilizados por correio eletrónico para maior celeridade, com vista ao estudo dos mesmos antes do debate. Também requereu esclarecimentos acerca do Processo do senhor Rui Jorge Duarte. A Presidente da Junta de Freguesia mencionou as custas notificadas à Ré num total de nove mil setecentos e sessenta e seis euros e cinquenta e três cêntimos, sendo sete mil duzentos e quarenta e três euros e setenta e um cêntimos referente à indemnização, resultante do acidente de trabalho, e dois mil quinhentos e vinte e dois euros e oitenta e dois cêntimos destinados a reembolsar a participação da Segurança Social. Acrescentou, ainda, que o montante referente à indemnização será pago em regime prestacional, num período de vinte e quatro meses, conforme acordado com o sinistrado. Roberto Calisto ainda fez alusão a possíveis despesas, nomeadamente hospitalares, que poderão advir a seu tempo. Eduardo Aguiar interveio para questionar a Presidente se ocorrerá apuramento de responsabilidades relativamente ao procedimentos que tiveram na base deste processo, a fim de haver a possibilidade de recuperação do montante sentenciado. O Tesoureiro, André Louro informou que, no passado dia vinte e seis de março, o Processo para apuramento de responsabilidades deu entrada no Ministério Público. Mais fez saber que continuam a chegar à Junta de Freguesia dívidas

do anterior Executivo, nomeadamente à Empresa de Eletricidade dos Açores (embaixadas provisórias) no valor de mil duzentos e vinte e seis euros e setenta e dois cêntimos, referente a serviços prestados na vigência do anterior Executivo. André Louro salientou que a intenção do Executivo é regularizar as dívidas de acordo com o orçamento e que, até trinta de abril, já efetuaram pagamentos referentes a dívidas contraídas pela Junta cessante no valor de sete mil duzentos e noventa euros e trinta e nove cêntimos, através da operacionalização de transferências de verbas que não foram gastas em determinadas rubricas e que estavam orçamentadas. O Presidente da Assembleia ainda acrescentou que as dívidas transitadas foram omitidas, mas as pessoas ou entidades lesadas não poderão ser penalizadas. -----

No que concerne ao ponto dois, o Presidente da Assembleia informou que, na anterior reunião, tinha sido deliberado a constituição de uma comissão para a revisão do Regimento da Assembleia. Dada a impossibilidade de ter sido criada a referida equipa de trabalho, tomou a liberdade de elaborar um anteprojeto que procurasse ir ao encontro da funcionalidade da Assembleia e somente ter a pretensão de ser um de ponto de partida para o trabalho subsequente, tendo em vista a construção de um documento com procedimentos práticos, que possa dar resposta ao funcionamento das diferentes fases das reuniões da Assembleia. Não sendo um projeto concluído e, tendo sido apresentado pela primeira vez, por forma a não prolongar demasiado a reunião da Assembleia com a análise exaustiva do referido documento, foi colocado à consideração dos presentes a nomeação de uma comissão especializada representativa da Assembleia com vista a analisar e elaborar a redação final do Regimento. Assim, passam a integrar a comissão os seguintes elementos: Diana Alves, Edla Almeida, Eduardo Aguiar, Inorinda Duarte e Victor Ramos. A primeira reunião ficou agendada para o dia dezasseis de maio às vinte horas, na sede da Junta de Freguesia. Desta forma, ficou deliberado a constituição da comissão para a apreciação do Regimento da Assembleia de Freguesia. -----

Diana Alves solicitou a palavra para evocar que as convocatórias para as reuniões deveriam ser enviadas com mais antecipação para que se possa proceder à análise dos documentos de forma atempada, sugerindo, também, o recurso ao correio eletrónico. O Presidente da Assembleia, por sua vez, justificou a data do envio das convocatórias. ----

No âmbito do ponto três, o Tesoureiro, André Louro teve a palavra e deu as devidas explicações para a ocorrência da segunda revisão orçamental, nomeadamente a entrada da verba referente ao apoio à habitação degradada do processo da senhora Isaura Carvalho e a referida verba já foi encaminhada para o pagamento do empreiteiro.-----

Roberto Calisto solicitou alguns esclarecimentos e sugeriu que o Plano Plurianual de Investimento e a Revisão Orçamental fossem analisados e aprovados separadamente. ----

Por iniciativa da mesa e, em concordância com a observação de Roberto Calisto, foi submetido à apreciação da Assembleia uma proposta de desdobramento do ponto três da ordem de trabalhos, a saber: "o ponto três da ordem de trabalhos passará a designar-se - *Apreciação e votação do Plano Plurianual de dois mil e dezoito* e o ponto três ponto um passará a designar-se- *Apreciação e votação da segunda Revisão Orçamental de dois mil e dezoito*, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

O Plano Plurianual foi submetido à votação e foi aprovado por unanimidade. A segunda Revisão Orçamental foi submetida à aprovação e foi aprovada por unanimidade. -----

Relativamente ao ponto quatro, a Presidente da Junta de Freguesia tomou a palavra e explicou aos presentes a importância da Junta de Freguesia aderir à ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) Trata-se de uma Associação que é um dos parceiros sociais, consultada pelo Governo Regional, que apresenta propostas de alteração da legislação para as finanças locais e apoiar o trabalho desenvolvido pelas Juntas de Freguesia. A Presidente da Junta de Freguesia referiu que participou no quinto encontro

desta Associação na cidade da Lagoa e aludiu que, pertencer à mesma, será uma mais-valia para a Junta de Freguesia. Acrescentou ainda que, de um total de cento e cinquenta e sete freguesias açorianas, cento e quinze já integram a referida Associação. O valor anual da quota corresponde a duzentos e trinta e três euros. A proposta de adesão da Junta de Freguesia à Delegação Regional da ANAFRE foi submetida a apreciação e votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Em relação ao ponto cinco, o Tesoureiro, André Louro, apresentou detalhadamente o Relatório de Contas do ano de dois mil e dezassete e deu conhecimento das dificuldades sentidas, devido à falta da entrega das contas intercalares do anterior Executivo, no período compreendido entre um de janeiro e vinte de outubro. A nova empresa de contabilidade recorreu ao saldo das contas e adicionou o referente às do presente Executivo. Roberto Calisto considerou um imbróglio todo este processo e, perante os documentos apresentados, como se poderá aprovar o Relatório de Contas se o Executivo não aprovou as contas intercalares. André Louro referiu que as contas não foram aprovadas por irregularidades contidas na contabilidade. O Presidente da Assembleia elucidou os presentes da possibilidade de poderem apresentar uma Declaração de Voto, por forma a clarificar o sentido específico do voto, salvaguardando, assim, as respetivas responsabilidades. Referiu ainda, que para a análise e aprovação das contas devem ser considerados dois períodos distintos, isto é, de janeiro a outubro de dois mil e dezassete, cujas contas intercalares não foram apresentadas, o que deve merecer a nossa reprovação. No entanto, o fecho do ano económico resulta dos saldos encontrados em outubro de dois mil e dezassete acrescidos dos valores referentes à gestão desta Junta, pese embora tenham transitado dívidas que foram omitidas e que terão de ser liquidadas pelo atual Executivo. Informou, ainda, das implicações resultantes da não aprovação das contas no normal desempenho do Executivo, nomeadamente na aprovação do projeto de aquisição de uma carrinha através do Programa Prorrural.-----

Submeteu-se à votação o Relatório de Contas e foi aprovado por maioria com duas abstenções de Inorinda Duarte e Roberto Calisto. -----

O Presidente da Assembleia leu a Declaração de Voto dos membros do Partido Socialista, que passamos a transcrever: Os membros do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia do Pico da Pedra, votaram favoravelmente o Relatório de Contas de dois mil e dezassete, com o seguinte sentido: -----

Um: Considerando que, em outubro de dois mil e dezassete, ocorreram as eleições autárquicas e que perante a não entrega atempada das contas intercalares, o atual Executivo não aprovou as referidas contas;-----

Dois: Considerando a omissão de dados referentes a dívidas a terceiros pela anterior Junta de Freguesia e irregularidades contabilísticas detetadas, declinamos toda e qualquer responsabilidade pelas contas referentes ao período entre janeiro e outubro de dois mil e dezassete; -----

Três: Considerando que face à omissão das dívidas a terceiros no exercício anterior, estas só são reconhecidas e contabilizadas no atual exercício, face à boa fé e honorabilidade da entidade Junta de Freguesia do Pico da Pedra;-----

Quatro: Considerando que o fecho de contas em dezembro de dois mil e dezassete é o resultado dos saldos disponíveis e conhecidos, transitados do Executivo anterior, acrescidos aos da gestão do atual Executivo, no período entre outubro e dezembro, levou os membros da Assembleia de Freguesia do Pico da Pedra do Partido Socialista a aprovarem o Relatório de Contas de dois mil e dezassete.-----

A presente Declaração de Voto deverá ser transcrita para a ata da Assembleia de Freguesia, referente à atual reunião ordinária.-----

Relativamente ao ponto seis, o Presidente da Assembleia referiu que há a necessidade de proceder à clarificação e aprovação da tabela de taxas e licenças.-----
Verificou-se que o anterior Executivo, numa reunião realizada a trinta e um de março de dois mil e dezasseis, aprovou uma tabela de taxas e licenças, tendo-a submetido à apreciação na reunião da Assembleia a vinte e oito de abril, na qual apenas foi aprovada a alteração do valor referente à venda de jazigos, não tendo sido submetido à votação a alteração ao regulamento e tabela de taxas e licenças constante do ponto cinco da ordem de trabalhos da então Assembleia. -----

O atual Executivo deparou-se com situações de pessoas que se encontravam a pagar còvados às prestações. Por toda esta situação espelhada, sentiu a necessidade de submeter à apreciação da Assembleia de uma proposta de venda de còvados em regime prestacional.-----

Diana Alves solicitou a palavra para demonstrar a sua estupefação relativamente à existência de pessoas que pagavam os còvados em regime prestacional.e referiu que, no ano de dois mil e dezasseis, havia a necessidade de aumentar o preço dos còvados, face ao número crescente de compradores. -----

A Presidente da Junta informou a Assembleia que está a decorrer um trabalho exaustivo com vista a uma reorganização do cemitério, existindo trinta e sete còvados disponíveis, até trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, e cinquenta e quatro que são propriedade da Junta de Freguesia. Por sua vez, a Secretária, Paula Ferreira deu conhecimento aos presentes de como está a ser feita a gestão e organização do cemitério. Acrescentou que as pessoas que têm a intenção de adquirir um còvado possuem um período de cinco anos para poupar o montante e proceder ao pagamento na totalidade. --
Procedeu-se à votação da proposta para a venda de còvados em regime prestacional, tendo esta sido rejeitada por unanimidade. Numa próxima reunião será analisada a tabela de taxas e licenças.-----

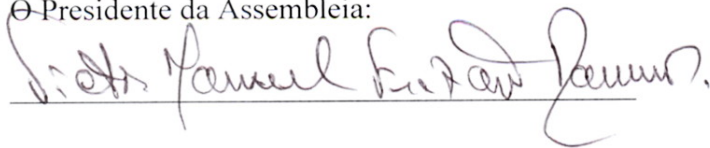
Relativamente ao ponto sete, a Presidente da Junta deu a conhecer, de forma pormenorizada, as atividades desenvolvidas desde o início do ano. Assim, no dia seis de janeiro, decorreu o evento “Bolo Rei” e a entrega dos certificados de participação e troféus do concurso de árvores de Natal recicladas. -----

No dia dezanove de janeiro decorreu uma audiência com o senhor administrador do IROA, doutor Ricardo Silva, relacionada com o projeto para a construção de um depósito na Rua Maria do Céu, ficando decidido que este organismo assumirá a concretização deste projeto, aguardando-se resposta da Câmara Municipal para a realização das infraestruturas da rede de águas e a garantia do seu abastecimento. O terreno para o depósito será cedido pela INSULAC, conforme ficou determinado numa reunião com o Doutor Jorge Leite.-----

No dia dois de fevereiro, a Junta de Freguesia fez-se representar no evento” Cantar às Estrelas” na cidade da Ribeira Grande e, no dia três, na nossa freguesia. A seis de fevereiro, a Presidente deslocou-se à escola do Primeiro Ciclo para se inteirar das necessidades de manutenção do edifício, tendo-se posteriormente realizado algumas reparações prementes. A vinte e oito de fevereiro deu-se início à reorganização do cemitério com o intuito de otimizar a sua gestão. No mês de março, após insistência do Executivo, verificou-se a reposição da nova sinalização na zona do Calço e no entroncamento da Rua da Saudade com o Bairro que confina com a Rua Capitão Cordeiro. No dia cinco de março, dois elementos deste Executivo participaram numa formação com vista à prestação de apoio logístico aos cidadãos para processos de candidatura à habitação degradada. A oito de março, decorreu a assinatura dos protocolos de apoios financeiros para as Instituições da freguesia. O dia vinte e um de março (chegada da primavera) foi assinalado, por este Executivo, com a plantação de árvores no Largo de

São José, tendo a atividade sido desenvolvida por um grupo de alunos da escola desta freguesia. Já a vinte e dois de março, decorreu uma formação para dois elementos desta Junta, desta vez, para apoio aos cidadãos na entrega dos dados do IRS, via internet, dispondo, atualmente, esta Junta, de mais um serviço. No dia vinte e três de março, os romeiros da nossa freguesia foram presenteados com um almoço na freguesia de Santana, Nordeste. No mês de abril realizaram-se várias atividades, nomeadamente as comemorações do vinte e cinco de abril com animação para as crianças, exposição de cartazes elaborados pelos alunos da escola e desenhos a giz no Parque dos Amigos do Pico da Pedra. Também participou na Festa da Flor e concluiu-se o site da Junta. -----
A Presidente, ainda informou que, de uma conversa com o senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da obra de requalificação da Avenida da Paz, este referiu que a conclusão da mesma está prevista para daqui a um mês e meio, com aditamento, se necessário. Acrescentou que se irá repavimentar a artéria que faz a ligação entre a Rua António Sérgio de Sousa e a Rua do Pinheiro. -----
Roberto Calisto colocou a questão se os protocolos assinados com outras entidades não deveriam ser aprovados individualmente. O Tesoureiro André Louro clarificou que as verbas atribuídas a cada instituição estão orçamentadas para o exercício em curso, tendo sido aprovadas no âmbito do Plano e Orçamento para dois mil e dezoito, onde estão discriminados. -----
Terminada a ordem do dia, o Presidente da Assembleia deu por encerrado os trabalhos e agradeceu a participação dos presentes na discussão, ficando a sessão aberta à intervenção dos cidadãos presentes. -----
Por ordem de inscrição, interveio, em primeiro lugar, Marco Inácio referiu que esteve presente na reunião da Assembleia Municipal e que o Presidente da Câmara informou que a obra estaria concluída no prazo de um mês e meio ou que ficaria *minimamente transitável*, questionando o sentido daquela expressão. Também acrescentou que é inadmissível o tempo do desenrolar da obra tendo em vista a localização (centro da freguesia). Também mencionou a inexistência de informação sobre a obra, nomeadamente o montante de investimento, o prazo de empreitada, identificação do empreiteiro e da entidade fiscalizadora. Por sua vez, Rui Amaral, referiu que a fiscalização da obra de requalificação da Avenida da Paz deveria ser feita por uma entidade externa à Câmara Municipal, salientando que a vertente da segurança está a ser descurada. Eduardo Aguiar reafirmou que não há qualquer informação legal acerca da obra, e que esta parece ser clandestina e sem fiscalização. -----
Liliana Gomes interveio para alertar a falta de segurança para os transeuntes na artéria em questão e acrescentou que só quando alguém se magoar é que serão tomadas medidas de segurança. -----
O Presidente da Assembleia referiu que existe um descontentamento geral da população e que as forças vivas da freguesia devem reunir -se para pressionarem a edilidade para a conclusão da obra o mais rápido possível. -----
E não havendo mais nada a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da lei.-----

Ø Presidente da Assembleia:



A Secretária:

Edla Faria Gomes de Almeida

A Segunda Secretária

Rapresentante